

Apresentação

O Dossiê “Gênero e Interseccionalidades” tem como objetivo fortalecer as reflexões sobre os demarcadores sociais da diferença e suas intersecções. Emerge em um contexto no qual é necessário reafirmar a cientificidade e a importância dos Estudos de Gênero e Étnico-raciais, bem como fornecer subsídios às políticas públicas e aos movimentos sociais. Isto porque, nos Estudos de Gênero e das Relações Raciais, as demandas sociais e políticas estiveram (e estão) associadas às reflexões teóricas e às pesquisas acadêmicas. Essas áreas partem da compreensão de uma ciência comprometida com a sociedade e entendem o conhecimento como situado.

A perspectiva do conhecimento situado, com a qual o dossiê dialoga, emerge nos estudos feministas, quando estes demonstram que a ciência nunca foi neutra, e que sua pretensão de neutralidade serviu para (re)produzir saberes sexistas, homofóbicos e racistas. Conforme Löwy (2000), a ciência não pode ser separada de seu contexto cultural e social de produção, bem como dos debates políticos nos quais está inserida. A autora aproxima as críticas feministas, antirracistas e decoloniais à ciência universal, as quais demonstram que os conceitos de universal (saberes e

valores universais), de racionalidade e de objetividade serviram para impor o ponto de vista dos dominantes (idem, 26). A solução para se produzir ciência precedendo de pontos de vista universais (que escondem dominações) seria produzir uma ciência que posiciona seu olhar, ou seja, uma “ciência situada” e transparente.

O contexto no qual se situa o conhecimento produzido neste dossiê é complexo. Na semana em que se finalizou a edição deste dossiê, última semana de maio de 2016, a denúncia de um brutal estupro coletivo, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, mobilizou mulheres e homens em todo o país contra a “cultura do estupro”, ao mesmo tempo em que se assistiu a parcela significativa da população culpabilizar à vítima¹. Esse caso, bem como o fato do Presidente Interino ter composto um Governo Provisório sem a presença de Mulheres e de Negros em seus Ministérios, colocou o Brasil na pauta internacional da desigualdade de gênero e raça². Acrescenta-se, ainda, a extinção, pelo mesmo Governo, das Secretarias Especiais da Presidência da República de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial.

Desde 2015 houve diversos retrocessos no que tange a igualdade de gênero e étnico-racial no Brasil, que estiveram relacionados a ondas conservadoras na política. Assistimos o avanço do PL 5069 (que dificulta o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual), a retirada da igualdade de gênero como objetivo do Plano Nacional de Educação, o surgimento do termo “ideologia de gênero” (que pretende desvalorizar a longa trajetória acadêmica e política dos Estudos de Gênero), entre outros embates político-sociais. Vivenciamos a tragédia dos assassinatos de jovens ne-

1 Portal de Notícias G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/cultura-do-estupro-no-brasil-e-destaque-na-imprensa-internacional.html> Acesso em 29/05/2016.

2 Portal de Notícias BBC/Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36355724> Acesso em 25/05/2016.

gros pela polícia, o racismo a personagens públicos pelas redes sociais, o massacre de comunidades e lideranças indígenas. Essa onda conservadora emerge em resposta a uma década de avanços das ações afirmativas e das políticas de gênero. Por sua vez, fortaleceram movimentos de resposta, como a Primavera Feminista, a Primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras, a Marcha Nacional contra o Genocídio da Juventude Negra, entre outros³.

Esse cenário reafirma a necessidade da Sociologia, e das demais Ciências Sociais e Humanas, voltar sua atenção para os Estudos de Gênero e das Relações Étnico-Raciais, bem como das Interseccionalidades. Se, por um lado, os Estudos de Gênero e das Relações Raciais precisam de reafirmação constante, por outro, já possuem uma longa trajetória acadêmica e política. Apesar desse acúmulo de conhecimento, pensar a interseccionalidade entre esses demarcadores sociais, e suas consequências, é ainda recente.

A questão social da interseccionalidade emerge no Brasil no Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, em 1975 (Caldwell, 2000). Não bastava pensar e lutar pela “mulher” no singular. Havia sujeitos, situações e complexidades que estavam sendo negligenciadas.

Semelhante ao que aconteceu nos Estudos de Gênero e das Relações Étnico-Raciais, em que as pautas políticas e sociais estiveram intimamente ligadas à pesquisa científica, a reflexão sobre interseccionalidade surge tanto em âmbito universitário quanto no da luta social por igualdade de direitos. Nesse sentido, reconheceu-se, cientificamente e nos movimentos sociais, que “mulher” não é uma categoria unitária (Brah, 2006). Tornou-se evidente a necessidade de compreender a racialização do gênero e emergiu o feminismo negro, terceiromundista, descolonial e latino-americano (González, 1988; Nascimento, 2003; Hooks et al. 2004).

3 Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/primavera-feminista-o-lugar-da-mulher-e-na-politica-8213.html> Acesso 20/05/216.

Da mesma forma, na década de 1980, iniciou-se a construção da Teoria Queer, buscando compreender a relação entre gênero e heteronormatividade, priorizando a reflexão (e a ação política) com enfoque nos grupos LGBTTT. Enquanto a Teoria de Gênero demonstrou que “ser homem” e “ser mulher” são construções sociais; a Teoria Queer elucidou que estas construções são baseadas em uma norma heterossexual (Butler, 2008). Desenvolvem-se, assim, os estudos sobre a interseccionalidade entre gênero e sexualidade. Na mesma linha, buscou-se refletir sobre as mulheres no campo, as mulheres jovens, entre outras intersecções.

Para as fundadoras do feminismo negro brasileiro, a exemplo de Lelia González (1988), e norte-americano, como Angela Davis (1982), a intersecção não é a simples sobreposição de diferentes subordinações, é uma discriminação interativa, uma condição específica. A partir de então, evidencia-se a “mulher negra” como categoria de análise social e de militância política. A “mulher negra” seria uma categoria tão fundamental como a “mulher”, o “negro”, o “operário”. Dito de outra forma, o gênero, a raça e a classe seriam demarcadores sociais tanto quanto a própria interseccionalidade, que criaria um outro demarcador, uma condição específica. Essa é a abordagem que se considera clássica.

Recentemente, autoras como Piscitelli (2008) e Moutinho (2014) apresentam uma releitura, argumentando que a interseccionalidade pode ser entendida de maneira mais flexível e menos normativa, compreendida a partir de cada contexto social. Assim, o olhar interseccionado poderia apreender as diferentes realidades sociais e seus sentidos para os sujeitos. A proposta seria compreender a interseccionalidade como múltiplas articulações de demarcadores sociais, e não como um demarcador específico. Se, por um lado, a nova interpretação amplia possibilidades analíticas; por outro, pode diluir a dimensão política da pauta científica e social da intersecção entre gênero e raça, proposta no início da discussão sobre interseccionalidade.

Longe de responder o que é a interseccionalidade e como ela deve ser analisada, este dossiê visa fomentar os debates e ampliar as reflexões sobre o tema. A partir de contribuições de diferentes áreas das Ciências Sociais, Humanas e Sociais Aplicadas (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Geografia, Direito, Arquitetura), com diversos recortes empíricos e ancorados em distintas metodologias, o conjunto dos artigos aqui apresentados permitirá ao leitor compreender a importância da análise interseccionada – seja entendendo-a como uma categoria específica de demarcação social da diferença, seja como múltiplas possibilidades de articulação dos marcadores sociais.

Inicia-se este dossiê com uma abordagem estrutural, baseada em dados estatísticos, sobre a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho. No artigo intitulado “Gênero e Desigualdades no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma análise sob o prisma Materialista”, Cibele Cheron e Priscila Mello nos mostram que ser mulher, ser negro e ser mulher negra, em uma sociedade marcada por gênero e pelo modelo de acumulação flexível do capital, afeta, negativamente, ocupações, salários e oportunidades. As autoras demonstram que a recente inserção da mulher no mercado de trabalho produtivo não significou melhorias em sua qualidade de vida e no exercício da cidadania.

Ainda sobre o tema da desigualdade, e como ela é atravessada por gênero, o dossiê sai de Porto Alegre e chega em Cabo Verde, demonstrando que ser mulher, negra e pobre representa uma intersecção que marca a vida de pessoas ao redor do mundo. Com o artigo, de Miriam Vieira e Andréia Moassab, intitulado “Políticas de Gênero e Desenvolvimento em Cabo Verde”, pode-se refletir que nem sempre políticas públicas para as mulheres representam de fato um empoderamento de gênero e uma transformação de suas vidas. As autoras analisam, através de pesquisa de campo, com observação e entrevistas, as políticas de formação e de microcrédito oferecidas para moradoras de

áreas protegidas (Parques Naturais), nas quais se pretende desenvolver o Turismo.

Os dois artigos seguintes dão continuidade à discussão sobre políticas públicas e abordam o Nordeste Brasileiro. Vera Rodrigues, em seu artigo intitulado: “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção/CE”, apresenta, através de entrevistas a setenta mulheres, as percepções das beneficiárias sobre os impactos do programa em suas vidas, sobre preconceito e sobre pobreza. A autora aprofunda a reflexão sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe, a partir das falas das próprias mulheres.

No quarto artigo, também refletindo sobre políticas públicas, Patrícia Rosalba, Amanda Marques e Hannah Oliveira questionam: “Direitos, todas/os têm? O coro das Mulheres Assentadas sobre (In)visibilidade, Lutas e Políticas Públicas”. O artigo analisa, através de observação *in loco* e entrevistas, as relações de poder entre mulheres e homens em dois assentamentos de reforma agrária, um em Sergipe e outro em Alagoas. As conclusões apontam para uma intensa desigualdade de gênero, bem como demonstram a presença da violência. No entanto, as autoras destacam a luta das mulheres assentadas e suas “vozes que não pretendem calar”.

O quinto artigo também dialoga com as reflexões sobre políticas públicas, no entanto, tem a particularidade de abordar a construção de uma pauta política, qual seja: a mortalidade materna, que emerge no entrecruzamento de movimentos sociais, de políticas públicas e de direitos humanos. No artigo, que está intitulado “Mortalidade materna, movimento de mulheres negras e direitos humanos no Brasil: um olhar na interseccionalidade de gênero e raça”, Laura López parte de um caso de morte materna de uma mulher negra, que se tornou emblemático, para refletir sobre: interseccionalidade de gênero e raça, corpo, saúde, direitos e biopolítica.

Com enfoque, também, nos movimentos sociais, o sexto artigo intitula-se: “Empoderamento, Interseccionalidade e Ciberativismo: uma Análise do “Manifesto contra o preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal””. As autoras, Beatriz Padilla e Mariana Selister, através de observação participante, analisam o primeiro movimento de mulheres brasileiras imigrantes, que se insurgiu contra o preconceito que estas mulheres sofrem nesse país, refletindo sobre as dimensões da interseccionalidade, do empoderamento e do ciberativismo.

Permanecendo em Portugal, e nas reflexões sobre imigração e gênero, temos o artigo de Thais França intitulado: “Mulheres, imigrantes e acadêmicas: teorias da interseccionalidade para pensar a mobilidade científica”. A autora parte de duas trajetórias diferentes de mulheres acadêmicas imigrantes em Portugal para refletir sobre as dinâmicas de poder que perpassam a mobilidade científica, analisando como gênero, raça e classe moldam esta experiência.

O oitavo artigo também analisa como demarcadores sociais da diferença moldam experiências, bem como são desafiados pelos sujeitos. Liana Matos, em seu artigo intitulado “Interseccionalidades nas Quadrilhas Juninas em Aracaju/SE: Gênero, Geração e Sexualidades”, apresenta uma reflexão sobre a transfiguração de membros de Quadrilhas Juninas do sexo masculino que se vestem com os trajes destinados ao sexo feminino, nos ensaios e nas apresentações.

O último artigo insere-se nesse olhar sobre as experiências, aprofundando a dimensão subjetiva da análise social. Laura Moutinho, Valéria Alves e Milena Mateuzi, no artigo intitulado “*Quanto mais você me nega, mais eu me reafirmo: visibilidade e afetos na cena negra periférica paulistana*”, adentram ao universo das intimidades e dos sentimentos, através de narrativas autoetnográficas, para refletir como a interseccionalidade de gênero e raça marca as experiências subjetivas.

O dossiê finaliza, portanto, com um olhar subjetivo, tendo partido de uma perspectiva estrutural. Reafirma-se, assim, a transversalidade dos Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Interseccionados. Ressalta-se, também, a importância das Ciências Sociais voltarem suas análises tanto para o macro quanto ao micro; tanto à estrutura quanto ao sujeito; bem como para a relação imbricada entre estes clássicos polos de análise social (Alexander, 1987).

Uma ótima leitura!

Mariana Selister Gomes⁴

⁴ Organizadora do Dossiê “Gênero e Interseccionalidades” da Revista Tomo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Mestre em Sociologia e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora Associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da UFRGS (NIEM). E-mail: marianaselister@gmail.com

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. "O Novo Movimento Teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, no 4, 1987, pp. 5-28.

BRAH, Avtar. "Diferença, diversidade, diferenciação", *Cadernos Pagu*, 26, 2006, pp.329-376.

BUTLER, Judit. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

CALDWELL, Kia. "Fronteiras da diferença: raça e mulheres no Brasil", *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol. 8, n. 2, 2000, pp. 91-108.

DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. London: Great Britain, 1982.

GONZALEZ, Lelia. "Por um feminismo afro-latino-americano", *Revista Isis Internacional*, vol. IX, 1998, pp.133-141.

HOOKS, Bell; et al. *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*, Madrid, Traficantes de sueños, 2004.

LÖWY, Ilana. "Universalidade da ciência e conhecimentos situados", *Cadernos Pagu*, 15, 2000, pp.15-38.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cad. Pagu [online]*. n.42, 2014, pp.201-248.

NASCIMENTO, Elisa. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*, São Paulo, Selo Negro, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol.11, nº.2, 2008, pp. 263- 274.

